

## ADIADA DECISÃO SOBRE A VENEZUELA

Declarações de Hugo Chávez recomendando que venezuelanos se preparem para a guerra com a Colômbia causam polêmica no Plenário. **2**



José Cruz

Antonio Carlos (E), Sérgio Guerra e Alvaro Dias anunciam a decisão de deixar a CPI da Petrobras...



Gerardo Magalhães

... pouco antes do depoimento de Sergio Gabrielli (ao centro, entre João Pedro e Jucá)

## Oposição se retira de CPI e Gabrielli explica denúncias

Senadores do PSDB e do DEM acusam governo de bloquear investigações sobre a Petrobras. Presidente da estatal atribui denúncias a divergências com o TCU a respeito do regime legal de licitações adotado. **5**



Gerardo Magalhães

Shimon Peres (C) é aplaudido por Marconi Perillo (E), Fernando Collor, José Sarney e Michel Temer



Waldemir Rodrigues

Parlamentares e convidados lotam o Plenário do Senado na sessão solene do Congresso

## Necessidade de paz permeia visita de Peres

Prêmio Nobel da Paz de 1994, o presidente de Israel, Shimon Peres, foi recebido ontem no Congresso Nacional em sessão solene. O presidente do Senado, José Sarney,

e Fernando Collor lembraram os esforços de Peres em favor da paz no Oriente Médio. Também apontaram o Brasil como exemplo de coexistência pacífica de diferentes

povos, religiões e etnias. Shimon Peres elogiou as políticas de redução da desigualdade social e de melhoria da educação promovidas pelo governo do Brasil. Ele agrade-

ceu aos brasileiros pela acolhida a imigrantes judeus que fugiram do Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial, e também pelo apoio diplomático à cria-

ção do Estado de Israel, em 1948. O presidente de Israel disse ainda que é possível obter um acordo de paz com os palestinos em um ou dois anos. **3**

## Desempenho pode dar 14º salário a professor

Professores e funcionários de escolas que elevarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do estabelecimento em pelo menos 50% durante o ano letivo poderão receber 14º salário. Proposta que autoriza o Poder Executivo a instituir o benefício foi aprovada ontem pela Comissão de Educação (CE) e segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa. **8**



José Cruz

## Limite à cobrança de juros de aposentados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que proíbe a cobrança de taxas de juros de aposentados e pensionistas maiores do que as exigidas dos trabalhadores da ativa. **7**

Dornelles (E), Casagrande e Jucá na reunião da CAE

Líderes partidários condenam declaração de Hugo Chávez sobre possibilidade de guerra com a Colômbia

## Votação sobre Venezuela no Mercosul é adiada

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, informou ao Plenário que os líderes partidários pediram para adiar para a próxima semana a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão dos líderes foi tomada depois que o presidente Hugo Chávez recomendou aos venezuelanos, no final de semana, que se preparem para a guerra com a Colômbia. A adesão da Venezuela ao Mercosul seria votada na sessão plenária de hoje.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu aos senadores que aproveitem o adiamento para meditar sobre a ameaça de guerra "do coronel Hugo Chávez, que assusta qualquer democrata, qualquer pacifista". O parlamentar disse que a América do Sul é pacifista, lembrando que o último conflito entre vizinhos ocorreu há mais

de 70 anos, na Guerra do Chaco (1932-1935), entre a Bolívia e o Paraguai.

– Quem fala de guerra na América do Sul é, no mínimo, uma pessoa perigosa. Os senadores devem meditar sobre as declarações do coronel da Venezuela – afirmou Arthur Virgílio.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), também se mostrou preocupado com as declarações do presidente Hugo Chávez, lembrando as críticas que o venezuelano já fez aos senadores brasileiros. Eduardo Suplicy (PT-SP), que pretende votar favoravelmente à entrada da Venezuela no Mercosul, disse ter estranhado as declarações de Chávez e recomendou que ele abandone sua retórica de violência.

## Marisa Serrano alerta para postura "belicosa" de Chávez

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) questionou a entrada da Venezuela no Mercosul após a conclamação do presidente Hugo Chávez ao povo e ao exército daquele país para se colocarem "em estado de prontidão para a guerra", em razão de acordo militar feito entre os Estados Unidos e a Colômbia.

– Não precisamos de mais um país belicoso se preparando para uma guerra. É tudo aquilo de que não precisamos na América Latina – afirmou a senadora, que é integrante do Parlamento do Mercosul.

Marisa Serrano citou as manifestações de preocupação de seu colega de partido Alvaro Dias (PR) e do presidente do Senado, José Sarney, com a ameaça feita pela Venezuela



Waldemir Rodrigues

Países da América Latina vivem "impasse democrático", diz Marisa

e fez alerta para o retrocesso, que, em sua avaliação, atinge diversos países na América Latina, como Bolívia e Equador.

– Vejo o mapa da América Latina e vejo que estamos chegando a um impasse democrático preocupante para os nossos países – disse.

## Peru propõe pacto de redução de armas na América do Sul

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o ministro dos Transportes e Comunicações do Peru, Enrique Cornejo, com quem conversou sobre um pacto para a redução de armamentos entre os países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) proposto pelo presidente peruano, Alan García.

– A América do Sul sempre teve uma tradição de fraternidade entre os povos – disse Sarney, que prometeu apoiar a iniciativa e conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da proposta.

O governo peruano está preocupado com a corrida armamentista caracterizada por compras de equipamentos bélicos por países do continente. Alan García diz que esses recursos pode-



Jane Araújo

Proposta foi apresentada a Sarney pelo ministro peruano Enrique Cornejo

riam ser aplicados na redução da pobreza na região.

– O objetivo é ter um instrumento concreto que permita que a América do Sul seja uma zona de paz. E que possamos ter uma gradual e consensual redução no gasto de armamentos – disse o ministro.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 17/09 (MP 468/09), que trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica.

### CCJ analisa detenção de usuário de droga

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, às 10h, projeto que restabelece pena de detenção para usuários de drogas e proposta que concede prioridade processual aos portadores de câncer e Aids. Às 9h30, oposição do retrato de Marco Maciel (DEM-PE) na galeria de ex-presidentes da CCJ.

### Sarney recebe, às 11h20, presidente do Supremo

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h30, de sessão do Congresso para promulgar a Emenda Constitucional 59/09. Às 11h20, recebe o presidente do STF, Gilmar Mendes. Às 11h30, participa de sessão do Congresso para promulgar as emendas 60 e 61/09. Às 13h, comparece a almoço oferecido ao presidente de Israel, Shimon Peres.

### Em debate, iniciativa privada e ensino superior

Às 9h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove seminário sobre o papel da iniciativa privada no ensino superior. Participam o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a vice-presidente da comissão, Marisa Serrano (PSDB-MS). O primeiro painel vai debater a participação no desenvolvimento brasileiro e terá como mediador o ex-presidente da CE, Flávio Arns (PSDB-PR). No segundo, discutirá qualidade do ensino, com mediação de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). À tarde, o tema envolverá avaliação e perspectivas para o futuro, com mediação de Marisa Serrano.

### Abertura de créditos para vários órgãos

Comissão Mista de Orçamento trata, entre outros, de crédito de R\$ 4,98 bilhões para encargos da União.

### CDH: cultura indígena e afro no currículo escolar

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate, por videoconferência, a implementação das metas estabelecidas pela Lei 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão no currículo da rede de ensino a história e a cultura indígena e afro-brasileira. Participam, entre outros, os presidentes das assembleias legislativas do Rio Grande do Sul, do Acre e de Alagoas.

### CDR delibera sobre indenização por overbooking

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, às 9h, projeto que institui indenização a passageiros em caso de excesso de reservas (*overbooking*) em aeronaves e proposta que cria a Agência de Desenvolvimento dos estados do Corredor Centro-Norte.

### Regulamentação da profissão de comerciante

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate dois projetos que tratam da regulamentação da profissão de comerciante. Entre os participantes, Lucilene Binsfeld, da Central Única dos Trabalhadores; Ricardo Patah, presidente da União Federal dos Trabalhadores; e Luiz Carlos Motta, da Força Sindical.

### CI discute marco regulatório para biocombustíveis

Reunião, às 14h30, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com o objetivo de debater e elaborar propostas de um marco regulatório dos biocombustíveis. Estão convidados o gerente de Gestão Tecnológica da Petrobras Biocombustíveis, João Norberto Noschang Neto; o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Marcos Sawaya Jank; o secretário-executivo do Fórum Nacional Sucroenergético, Pedro Luciano Oliveira, entre outros.

### Congresso realiza reunião conjunta

Em sessão solene às 11h30, o Congresso promulga a emenda constitucional 59 e, às 11h30, as de números 60 e 61/09.

## Estatuto Racial pode ser votado ainda este mês

O ministro Edson Santos, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, o senador Paulo Paim (PT-RS) e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) informaram ao presidente do Senado, José Sarney, que obtiveram do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a garantia de uma tramitação rápida do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes é também relator do projeto no colegiado. A ideia é garantir a aprovação da proposta antes de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Conforme Paulo Paim, Sarney voltou a manifestar seu apoio à iniciativa e o orientou a apresentar requerimento de urgência para garantir que o projeto prevaleça sobre outras matérias.

De autoria de Paim, o estatuto tramita no Congresso Nacional há seis anos. Foi aprovado na Câmara em setembro na forma de substitutivo. O texto prevê o incentivo à contratação de negros em empresas, o livre exercício dos cultos religiosos de origem africana, a reclusão de até três anos para quem expressar manifestações racistas na internet e o estímulo às atividades produtivas da população negra no campo.

– É muito importante que o Senado nos ajude para que, ainda neste ano, a comunidade negra veja o estatuto aprovado em sessão histórica – disse o deputado Onyx Lorenzoni.

## Sarney recebe representante de procuradores

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Ronald Bicca, que agradeceu o apoio do Senado no fortalecimento da advocacia pública. Bicca estava acompanhado do advogado-geral da União substituto, Evandro Costa Gama.

À saída do encontro, Ronald Bicca lembrou que Sarney foi o criador da Advocacia-Geral da União e apoiou a estruturação da carreira de procurador concursado no Amapá, otimizando a defesa daquele estado juntos às cortes superiores de Justiça.

– Hoje, já temos três procuradores concursados lotados em Brasília e uma carreira estruturada. O Amapá era o último estado que não tinha uma procuradoria composta de concursados. Vemos isso como um grande êxito – disse Ronald Bicca.

Congresso Nacional promove sessão solene para receber o presidente de Israel, Shimon Peres, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1994



No Plenário do Senado, Marconi Perillo (E), Fernando Collor, Shimon Peres e José Sarney: última visita de um presidente israelense ao Brasil havia ocorrido em 1966

## Shimon Peres destaca necessidade da paz para construir um mundo melhor

O CONGRESSO NACIONAL reuniu-se ontem em sessão solene para receber o presidente de Israel, Shimon Peres, Prêmio Nobel da Paz em 1994. A última vez que o Brasil recebeu um chefe de Estado israelense foi em 1966.

Shimon Peres chegou às 16h45 e foi recebido no Plenário do Senado pelos presidentes da Casa, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer. Também estavam presentes o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e o 2º secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PR-PE).

Participaram da mesa – além de Sarney, Temer, Inocêncio e Shimon Peres – o deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), que discursou pela Câmara, e Fernando Collor (PTB-AL), que falou pelos senadores.

Em seu pronunciamento, Collor afirmou que a visita de Peres ao Brasil deve ser vista como um incentivo à busca do permanente entendimento entre os povos. Já Itagiba lembrou que Israel “é a única e verdadeira democracia no Oriente Médio”.

Shimon Peres lembrou que na primeira vez em que esteve

no Brasil, José Sarney ocupava a Presidência da República. Teceu elogios ao país, mencionando sua fama internacional como um país musical – chegou a citar os ritmos que mais projetaram o país no exterior, como o samba e a bossa nova.

Shimon Peres também agradeceu aos brasileiros por terem acolhido, por ocasião da 2ª Guerra Mundial, judeus da Europa que fugiam às perseguições ou que sobreviveram ao Holocausto.

O presidente de Israel disse ainda que aspira pela paz em

seu país, pois “não é possível criar um mundo melhor com derramamento de sangue”.

Michel Temer lembrou que já existem 150 empresas israelenses operando no Brasil e que o comércio bilateral entre os dois países atingiu a cifra de U\$ 1,5 bilhão em 2008.

Já Sarney ressaltou que a presença de Shimon Peres no Brasil supera a importância institucional, pois trata-se de uma das maiores personalidades da atualidade, devido, principalmente, a sua luta pela construção da paz.

## Collor ressalta atuação em busca do entendimento

Ao saudar o presidente de Israel, Fernando Collor (PTB-AL) ressaltou a “personalidade multifacetada” de Shimon Peres, como demonstração do “estofado de um homem de Estado” que se notabilizou pela defesa de seu país e na busca da paz. Collor também destacou a participação de Peres nos acordos de paz firmados em Oslo, nos anos de 1993 e 1995, e no acordo de paz com a Jordânia, em 1994, que o levaram a receber o Prêmio Nobel da Paz.

– Desde 1966, quando aqui esteve o presidente Zalman Shazar, o Brasil não recebe um chefe de Estado israelense. Quatro décadas depois, a visita de V.Exa. ao Brasil – país que se orgulha de acolher, integrar e promover a convivência pacífica entre pessoas de diversas origens geográficas, de diferentes crenças religiosas e de distintas etnias –, deve ser vista como um incentivo à busca do permanente entendimento entre os povos – afirmou.

Collor lembrou a ligação histórica entre Brasil e Israel, ocorrida em novembro de 1947, quando o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha presidiu a sessão da Assembleia Geral da ONU que levou, no ano seguinte, à criação do Estado de Israel.

O senador assinalou que, como um dos primeiros países a reconhecer o novo Estado, já em 1952 o governo brasileiro instalou sua representação diplomática em Israel.

## Sarney aponta as qualidades de líder

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a visita do presidente de Israel, Shimon Peres, ao Brasil transcende sua importância institucional, pois se trata de uma das mais importantes personalidades da atualidade.

– Intelectual, escritor, político, estadista, Vossa Excelência é em primeiro lugar um eterno batalhador pela paz. Em Vossa Excelência, o humanista supera o homem de partido, com a compreensão das necessidades de coabitação entre judeus e árabes. O Prêmio Nobel da Paz que recebeu representa apenas uma passagem de uma vida inteira consagrada à construção de um Estado moderno e dinâmico, em que seja possível a paz – afirmou o presidente do Senado.

Sarney lembrou que Shimon Peres, ao lutar pela paz em seu país, criou o Centro Peres para a Paz, com o objetivo de formar uma “infraestrutura de paz e conciliação para o povo do Oriente Médio, que promova o desenvolvimento socioeconômico, enquanto avança na cooperação e na compreensão mútua”.

O presidente do Senado também ressaltou a liderança de Israel no campo das tecnologias e das ciências, especialmente na área da informática, mas enfatizou que o grande desafio de Peres é a paz.

– Nós no Brasil somos especialmente sensíveis a este problema, pois entre nossas populações, os povos do Oriente Médio estão bastante presentes, numa convivência pacífica que é exemplo de que o sonho da paz é possível.

## Presidente elogia redução de desigualdade no Brasil

Ao discursar na sessão do Congresso Nacional, o presidente israelense Shimon Peres elogiou o Brasil pelas políticas de redução da desigualdade social e de melhoria da educação desenvolvidas pelo governo federal.

Segundo Peres, o recurso mais importante para o desenvolvimento dos países é o fator humano, e não mais as riquezas naturais.

– Vim para ver e aprender como um país enorme como o Brasil nasce e ascende sobre uma pista de decolagem para um voo às alturas. Vim ver como um grande líder que virou presidente, o Lula, realiza o sonho de construir um país onde a economia é subordinada à sociedade e luta contra a pobreza, a ignorância, as doenças, a discriminação e a visão estreita – disse.

Congratulando-se com os parlamentares pela escolha do Brasil para sede da Olimpíada de 2016, o presidente de Israel considerou a decisão do Comitê Olímpico Internacional (COI) como uma “reverência do mundo inteiro ao Brasil”.

– Israel saúda essa decisão. Nós sonhamos em empatar com qualquer time de futebol do Brasil, mas fazer o quê? O Brasil é um país rico em recursos naturais e agora produz o recurso mais importante de todos: o humano.

Referindo-se ao elevado grau de desenvolvimento científico e tecnológico de Israel, país com o “maior número de

cientistas por quilômetro quadrado”, Peres destacou seis áreas prioritárias para o seu país, entre as quais a indústria de novas tecnologias de produção de água potável; o setor de energia renovável; a indústria espacial; e o desenvolvimento de metodologias de ensino.

O presidente de Israel agradeceu ao povo brasileiro pela acolhida a imigrantes judeus que fugiram do Holocausto, durante a 2ª Guerra Mundial, e pelo apoio da diplomacia brasileira à criação do Estado de Israel, em 1948.

A respeito das várias guerras já travadas com países árabes vizinhos, Shimon Peres lembrou que seu país, em todos os casos, foi atacado primeiro.

Shimon Peres convidou o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, a prosseguir nas negociações de paz. Ele adiantou que Israel está disposto a fazer concessões “difíceis e dolorosas” para viabilizar o estabelecimento do Estado Palestino.

– É possível, com ousadia, se chegar à paz [com os palestinos] em um ou dois anos – afirmou.

Tratando das relações com o Irã, Peres lembrou que seu país, historicamente, nunca foi inimigo do povo iraniano. Ele alertou, porém, que não há como Israel não se preocupar com o fato de o Irã estar desenvolvendo armas nucleares e com as ameaças de destruição de seu país feitas pelo presidente Mahmoud Ahmadinejad.



João Pedro: “Vamos desconhecer os ataques à cultura muçulmana?”

## João Pedro condena ações de Israel contra palestinos

João Pedro (PT-AM) criticou ontem o governo israelense, logo após a visita do presidente de Israel, Shimon Peres, recebido em sessão solene do Congresso. Para o senador, falta coerência entre o discurso de Peres em favor da paz e a situação de violência vivida pelos palestinos na Faixa de Gaza. O parlamentar visitou a região em julho.

– Vamos desconhecer os ataques à cultura muçulmana, vamos fazer de conta que não existem muros na Palestina construídos por Israel? Quem defende a paz tem que fazer a paz e não a guerra – afirmou João Pedro, que também reiterou seu apoio à entrada da Venezuela no Mercosul.

Transparência Brasil aponta motivação política em acusações a Tribunal de Contas; Instituto de Auditoria de Obras Públicas diz que irregularidades geram paralisações



Entre Cezar Augusto (E) e Claudio Abramo, Pedro Simon preside audiência sobre fiscalização de obras públicas

## Especialistas defendem TCU das críticas de Lula

AS CRÍTICAS FEITAS pelo governo federal ao Tribunal de Contas da União (TCU), pela sua suposta responsabilidade no atraso de obras públicas, estão ligadas a uma disputa política, acusou ontem o diretor-executivo da organização não governamental Transparência Brasil, Claudio Abramo.

– O recente embate do presidente Lula com o TCU pode ser visto como um sinal de que alguma coisa está funcionando melhor em algumas áreas do Estado brasileiro. Mas a razão fundamental não é dita: o TCU é visto pelo Executivo como área muito dominada pelos adeptos do Democratas, que estariam promovendo uma ação partidária contra o governo – disse Abramo, ao participar de audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A audiência foi realizada para atender a requerimentos apresentados pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e

Renato Casagrande (PSB-ES) – este presidente da CMA. Simon presidiu o início da reunião, quando sugeriu a busca de um “denominador comum” entre o governo e o TCU. Ao presidir a segunda parte da reunião, Casagrande defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição de sua autoria (30/07) que estabelece o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas como forma de se evitarem desvios de conduta nos tribunais de Contas.

O representante da ONG Transparência Brasil observou que a fiscalização é muito mais bem exercida pela oposição do que pela situação.

Já o presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, Cezar Augusto Pinto Motta, lembrou que a falta de condições legais e de bons projetos e orçamentos é que paralisa as obras públicas. A fiscalização de obras públicas ainda é muito recente no Brasil, como observou: apenas a partir dos anos 90 é que foram criadas em todo país estruturas de fiscalização nos tribunais de Contas.

## Jefferson Praia propõe comissão temporária

A fiscalização de obras públicas justifica uma comissão temporária dedicada ao exame do assunto, propôs ontem o senador Jefferson Praia (PDT-AM) no debate promovido pela CCJ e pela CMA. Ele sugeriu ainda a divulgação de informações sobre o tema a prefeitos e governadores.

– Todo governante quer realizar obras. Mas os problemas começam pelos prefeitos: quais estão preparados para administrar seus municípios? – disse.

Para Flávio Torres (PDT-CE), um dos “grandes defeitos da democracia brasileira” está no fato de o presidente da República dispor de mais de 30 mil cargos para oferecer aos partidos que o apoiam. Valter Pereira (PMDB-MS), por sua vez, afirmou que é preciso verificar se existem instituições “travando o desenvolvimento” ou se o problema está na legislação.

## Governo e sindicalistas pedem melhores condições de trabalho em frigoríficos

Representantes do governo e sindicalistas defenderam medidas para melhorar as condições de trabalho nos frigoríficos. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), eles relataram a incidência de grande número de acidentes de trabalho e doenças decorrentes das condições enfrentadas pelos funcionários das indústrias de alimentação.

Participaram representantes dos ministérios da Previdência Social e da Saúde, da Procuradoria de Trabalho de Santa Catarina, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, do Sindicato dos Empregados de Frigoríficos e Abatedouros de Mato Grosso do Sul e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Alegre.

## Comissão ouve governo e produtores sobre crise nas lavouras de cacau

César Borges (PR-BA) voltou a cobrar do governo federal providências para salvar a lavoura de cacau. A afirmação foi feita em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutiu os problemas do setor cacauzeiro.

Foram ouvidos o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles;

o presidente do Sindicato Rural de Ilhéus, Isidoro Gesteira; o diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Jay Wallace da Silva e Mota; o representante do endividamento agrícola, Guilherme Galvão; e o superintendente da Ceplac na Bahia e no Espírito Santo, Antônio Zózimo de Matos Costa.

## César Borges registra desespero de fruticultores

César Borges (PR-BA) registrou em Plenário o desespero dos fruticultores da região do Recôncavo e do litoral norte baiano devido ao fechamento das fábricas de suco em seu estado, causado pela crise financeira. Ele pediu ao governo baiano que “tome alguma iniciativa” para a reabertura das indústrias, que compravam praticamente toda a produção de laranja do estado.

César Borges disse que os proprietários das fábricas estão dispostos a alugar as instalações ao governo ou a uma cooperativa até a recuperação do mercado internacional de sucos. Enquanto isso, produtores de laranja do estado estão tentando vender suas colheitas a indústrias instaladas em Sergipe, mas o impasse já levou a uma perda superior a 30% na colheita deste ano, disse o senador.

## Demostenes diz que “Brasil vai a Copenhague às cegas”

Demostenes Torres (DEM-GO) criticou ontem os preparativos para a participação do governo federal na conferência sobre mudanças climáticas que a ONU realizará em dezembro. Declarou que o país “vai para o encontro de Copenhague às cegas, sem saber de fato o quanto emite de gases de efeito estufa”.

– O governo não possui sequer um inventário sobre a emissão de dióxido de carbono – afirmou o senador, ressaltando que “estamos a trabalhar com o chutômetro e o mais puro achismo, quando a matéria exige rigor científico”.

Demostenes disse que “é balela” o anúncio feito pela ministra Dilma Rousseff de que o Brasil estabelecerá um “objetivo voluntário” de redução de emissões que pode superar 40% até 2020. Para ele, isso é “um eufemismo para a omissão”.



Demostenes: governo não tem nem sequer inventário sobre emissões

– Da maneira como anunciou a posição da diplomacia nacional, o Brasil pareceu ser um exemplo de comportamento ambiental, quando, na verdade, é o quarto maior responsável pela emissão de dióxido de carbono – criticou, lembrando que cerca de 70% “da contribuição brasileira para o aquecimento global” se deve ao desmatamento da Amazônia.

## Casagrande: uma “clara mudança de posição do governo”

A participação do Brasil na conferência sobre mudanças climáticas em Copenhague representa “claramente uma mudança de posição” do governo, comentou ontem Renato Casagrande (PSB-ES). Ele destacou o anúncio, pela ministra Dilma Rousseff, de que o país poderá reduzir em cerca de 40% as emissões de gases de efeito estufa até 2020.

Essa redução refere-se “àquilo que o país emitiria em 2020 se nada fosse feito”, observou, ressaltando que o objetivo poderá ser alcançado com uma queda de 80% do desmatamento na Amazônia – no caso brasileiro, a principal causa das emissões de dióxido de carbono é o desmatamento.

Casagrande enfatizou ainda que o programa de combate ao desmatamento precisa abranger outros biomas, como o Cerrado, “que vem sendo devastado pela ação da agricultura, da



Renato Casagrande atribui o fato à participação do país em Copenhague

pecuária e de outras atividades econômicas”.

– As metas sobre o desmatamento são fundamentais para que possamos responder às demandas e às cobranças do mundo – declarou, lembrando que a aprovação dos projetos que criam uma política nacional sobre mudanças climáticas e um fundo nacional para o assunto, em tramitação no Senado, converge para o mesmo objetivo.

## Virgílio critica multa a rapaz que matou cobra para se defender

A notícia de que um rapaz matou uma cobra que o havia atacado e, em seguida, foi multado em R\$ 800 pelo Ibama foi tema de pronunciamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Ele afirmou que “essa história, ocorrida no Amazonas, é grotesca e acaba por ridicularizar a causa ambiental”.

– O rapaz, então, para economizar 800 reais, deveria ter morrido? – ironizou, destacando que a cobra em questão é a suçuriçu, conhecida por seu tamanho e por matar suas vítimas por esmagamento.

O senador declarou que “são gestos como esse que fazem do Ibama uma entidade pouco apreciada no estado”. Em apertado, ele recebeu o apoio de Jefferson Praia (PDT-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF), José Agripino (DEM-RN), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Virgílio: “Para economizar 800 reais, o rapaz, então, deveria ter morrido?”

Ao comentar sobre a conferência de Copenhague, Virgílio criticou o governo federal, “que fala vagamente em diminuir as queimadas na Amazônia, mas é muito pouco claro quanto a metas objetivas de redução dos índices [de emissão de gases de efeito estufa]”. Ele lembrou que o Brasil é o quarto maior emissor desses gases.

– Se evitássemos as queimadas, seríamos o 19º – disse.

Gerardo Migeola



Beatriz Espinosa, gerente da Petrobras: uso de tecnologia pioneira

## Captura de carbono do pré-sal exigirá muito investimento

Os teores de carbono nos poços da província petrolífera do pré-sal são variáveis, o que exigirá da Petrobras enormes investimentos para equilibrar o desenvolvimento econômico com o avanço da exploração futura de petróleo na região, que se estende da plataforma continental que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

A avaliação foi feita ontem por representante da Petrobras, Beatriz Espinosa, em audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que discutiu os mecanismos de compensação de emissão de gases na extração de petróleo do pré-sal. A comissão é presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

– Todo processo de captura [de carbono] envolve tecnologias pioneiras e compreende grandes investimentos da Petrobras para contornar a emissão de carbono na atmosfera. Cada campo tem teor diferenciado. Não é uma tecnologia isolada, mas um conjunto que tem que ser aplicado a cada campo – afirmou Beatriz Espinosa, gerente-geral de Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Petrobras.

### Redução

Beatriz explicou que o plano estratégico da Petrobras para os próximos anos estabelece metas voluntárias de redução na emissão de carbono, que hoje totalizam 50 milhões de toneladas anuais nas operações da empresa pelo planeta. A estatal já atua em projetos de eficiência energética e de melhoria operacional na utilização de gás natural, e ainda em projetos na área de pesquisa e desenvolvimento que serão utilizados como paradigmas futuros de operação.

O debate também contou com a participação de dois representantes do Ministério de Minas e Energia, Hamilton Moss e José Botelho; e de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Adriano de Oliveira, e do Meio Ambiente, Branca Americana.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que o processo de exploração do pré-sal é “inexorável”, mas observou que “a reinjeção de carbono é um processo caro, e é ilusão achar que o petróleo brasileiro será barato como agora”. Para ele, o ideal seria o Brasil buscar mais informações sobre a extensão do pré-sal, tendo em vista que o país não dispõe de um inventário completo da região, incluindo sua vida marinha.

Sérgio Guerra, presidente do PSDB, diz que seu partido e o DEM não vão “fazer cena” numa comissão que tem cumprido “apenas seu papel protocolar”. Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior também afirmam que governo impede investigação

# Em protesto, a oposição se retira da CPI da Petrobras

O PRESIDENTE DO PSDB, Sérgio Guerra (PE), confirmou ontem, em entrevista à imprensa, que a oposição decidiu se afastar da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar suspeitas de irregularidades na Petrobras. De acordo com o senador, isso se dá porque o governo está bloqueando as investigações, impedindo a convocação de pessoas e a realização de quebras de sigilo que poderiam “ameaçar a versão oficial”.

– Houve uma ação para fazer com que a comissão cumprisse apenas seu papel protocolar. A gente não vai fazer cena para que nossa credencial autorize esse movimento que vai na contramão das CPIs – justificou.

De acordo com Guerra, o PSDB e o Democratas agora pretendem encaminhar documentos à Procuradoria-Geral da República para que a Ministério Público possa aprofundar as investigações que consideram não terem ocorrido na CPI.

A oposição tinha três membros titulares e dois suplentes na comissão. Eram titulares os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e o próprio Sérgio Guerra. Na condição de suplentes, integravam o colegiado Heráclito Fortes (DEM-PI) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Com isso, a comissão passa a contar com oito titulares e cinco suplentes.

### “Tropa de choque”

Em Plenário, Antonio Carlos Júnior comentou as razões do PSDB e do DEM de decidirem não mais participar da CPI. Destacou o fato de a comissão não ter alcançado nenhum resultado prático, tais como quebra de sigilo ou realização de depoimentos importantes. Ele mencionou também a falta de interesse da imprensa em divulgar e participar das apurações das diversas denúncias envolvendo a administração da Petrobras.

O senador criticou ainda a ação da “tropa de choque” do governo, que, com a eleição do presidente e a indicação do relator do colegiado, impediram, em sua avaliação, o bom funcionamento do órgão.

– O governo indicou o seu líder para a relatoria da CPI, inaugurando a moda do “relator de esteira”, que passa por cima de tudo e de todos que atravessam a sua frente, seja um “pé de laranja” ou um senador da República. Isso foi o que aconteceu. O senador Romero Jucá [relator da CPI] “tratorou” definitivamente todas as nossas pretensões de investigação no âmbito de uma CPI – disse.

### “Roubo de bilhões”

Alvaro Dias afirmou em discurso que “o roubo é de bilhões de dólares” nas grandes obras administradas pela Petrobras, mas o governo não aceita que ela seja investigada, por isso, os partidos de oposição vão deixá-la.

“Até o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que a Petrobras gasta demais”, referindo-se à sua sociedade com a Petrobras para a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo Alvaro Dias, só nesta refinaria pôde ser constatado um superfaturamento de US\$ 2 bilhões. Disse que a refinaria inicialmente iria custar US\$ 4 bilhões, mas o valor já subiu para US\$ 12 bilhões.

O senador informou que os partidos de oposição vão encaminhar ao Ministério Público pedido de investigação a respeito da Refinaria Abreu e Lima, além do projeto de recuperação do sistema de produção de óleo e gás natural na região Norte, das obras de adequação da Refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais, e da compra da Suzano Petroquímica pela estatal. Em todos esses casos, afirmou Alvaro Dias, existem indícios de improbidade administrativa.

Segundo o senador, em dois anos, a Petrobras contratou serviços no valor de R\$ 38 bilhões sem que fossem feitas concorrências. Ele sustentou ainda que houve crime de responsabilidade na venda de refinarias para o governo da Bolívia por preço inferior ao valor de mercado.

– A CPI se transformou num palco para atender aos interesses do governo e a seu proselitismo administrativo, escondendo desmandos, desvios constatados pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público – apontou.



Sérgio Guerra



Antonio Carlos Júnior



Alvaro Dias



João Pedro (E) e Romero Jucá acompanham exposição de Sergio Gabrielli

# Gabrielli: regras de licitação geram conflito com TCU

MINUTOS APÓS O anúncio oficial de que os partidos da oposição estavam deixando a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, o colegiado ouviu o presidente da estatal, José Sergio Gabrielli. A um plenário lotado de parlamentares do governo, Gabrielli discorreu sobre todas as denúncias apresentadas no requerimento de criação da CPI e disse que a maior parte das irregularidades apontadas em obras, contratos e licitações da empresa pelo Tribunal de Contas da União (TCU) diz respeito à divergência quanto ao regime legal de licitações a ser adotado pela estatal.

Gabrielli explicou que, quando o governo aprovou a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97) e criou o regime de concessões, exigiu que a Petrobras tivesse uma atuação competitiva, ou seja, equivalente às outras empresas do setor. A lei dizia que um decreto presidencial determinaria as regras segundo as quais a Petrobras realizaria suas licitações. O decreto (2.745/98) foi editado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O TCU, porém, ainda de acordo com Gabrielli, considera o decreto inconstitucional, e obriga a Petrobras a cumprir a Lei Geral de Licitações (8.666/93), que rege os

processos licitatórios da maioria das estatais e é mais rígida quanto ao cumprimento de padrões pré-definidos para a administração pública.

– O problema é que a lei nos impõe o Decreto 2.745. E, além do mais, há um parecer da Advocacia-Geral da União, assinado pelo presidente da República, que nos obriga a cumprir o decreto. Em situações limite, recorreremos ao Supremo e em várias liminares a corte decidiu a nosso favor – argumentou.

### Liminares

De acordo com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foram 11 liminares favoráveis à Petrobras. No entanto, Gabrielli ressaltou que ainda não há uma decisão quanto ao mérito e pediu que o Congresso Nacional se manifeste quanto ao tema em forma de projeto de lei.

O presidente da estatal destacou o papel das auditorias nos contratos e projetos da Petrobras. De acordo com ele, de 2000 a 2009, foram realizadas 2.486 auditorias internas e 498 externas (85 pela Controladoria-Geral da União e 413 pelo TCU). No período, a empresa aumentou em 62% seu efetivo de auditores internos.

## Relatório da CPI será entregue em duas semanas, anuncia Jucá

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, Romero Jucá (PMDB-RR), informou ontem que entregará o relatório final em, no máximo, duas semanas. Se acompanhasse os trabalhos até o fim, a oposição teria que elogiar a cúpula da CPI, completou.

Os membros do PSDB e do DEM anunciaram ontem sua saída da comissão, alegando que o governo está impedindo qualquer investigação.

– Essa audiência encerra o projeto que foi traçado. Todos os pontos do requerimento [que garantiu a instalação da CPI] foram tocados exaustivamente. Rejeitamos os requerimentos que não eram objeto desta CPI – explicou Jucá.

O senador informou ainda que todos os temas abordados na comissão constarão do relatório e afirmou que apresentará a minuta de dois projetos. Um de-

les tem o objetivo de encerrar o contencioso legal que envolve os processos licitatórios da Petrobras. O outro deve regulamentar a possibilidade de mudança no regime de recolhimento de impostos das empresas.

Presidente da comissão de inquérito, João Pedro (PT-AM) também se disse satisfeito com o resultado dos trabalhos.

– Esta CPI não é do governo, é do Senado. Temos a responsabilidade de encerrá-la e de forma pública apresentar as conclusões do trabalho – declarou.

Outros senadores governistas criticaram a atitude dos parlamentares da oposição. Para o líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), por exemplo, a retirada seria prova de que os objetivos da oposição eram político-eleitorais, já que a estatal sempre esteve submetida a diversos sistemas de controle interno e externo.

Gerardo Migeola

Comissão de Assuntos Sociais acolhe proposta substitutiva de Fátima Cleide que pune discriminação contra idosos, pessoas com deficiência e homossexuais

## Comissão aprova projeto que criminaliza homofobia

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que torna crime a discriminação contra idosos, deficientes e homossexuais. A proposta (PLC 122/06), de autoria da então deputada Iara Bernardi, foi aprovada na lara de substitutivo oferecido pela relatora, Fátima Cleide (PT-RO). A matéria agora será examinada pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para votação em Plenário. Como recebeu alteração no Senado, a proposição voltará à Câmara dos Deputados.

A senadora ressaltou que o projeto foi amplamente discutido em várias audiências públicas, com a participação de diversos segmentos sociais, nos dois anos em que tramita no Senado.

Com a apresentação do substitutivo à proposta, Fátima Cleide solicitou cancelamento de audiência prevista para debater mais



Rosalba preside reunião que acolheu também Programa Voluntário de Vacinação

uma vez o assunto na CAS.

### Alcance

A proposta original incluiu a punição de atos discriminatórios por sexo, gênero ou orientação sexual na lei que criminaliza a discriminação por racismo, religião ou local de nascença (Lei 7.716/89).

O substitutivo de Fátima Cleide pune também a discriminação ou o preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou

com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

– A homofobia é a principal causa da discriminação e da violência que se pratica contra homossexuais e transgêneros – ressaltou a senadora.

Na avaliação da presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o Brasil é “um país livre e as pessoas devem ter seus direitos respeitados”.

## Empresas poderão ter programa de vacinação

O projeto que permite às empresas fornecer vacinas a seus empregados e dependentes foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Os dados relativos à vacinação devem ser comunicados às autoridades de saúde, sempre que solicitados. A proposta, relatada na CAS pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), ainda será examinada em Plenário.

Pelo projeto (PLC 97/01), que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), as vacinas não poderão ter natureza salarial ou se incorporar à remuneração do empregado. A

proposta determina também que a participação financeira dos empregados e de seus dependentes fica limitada a 20% do custo direto do benefício concedido.

O texto exige que as empresas forneçam aos empregados e dependentes cartão eletrônico ou magnético contendo seus dados pessoais e os referentes à data de fabricação, número de lote e data de aplicação e renovação das vacinas.

Para desenvolver o programa voluntário, a instituição poderá firmar convênio com empresas produtoras e fornecedoras de

vacinas, clínicas ou profissionais da área médica. Três regras serão obedecidas: a execução do programa deve estar sob a responsabilidade de médico do trabalho, prioritariamente; a vacinação deverá ser realizada em condições e ambientes adequados; e somente poderão ser utilizados imunobiológicos registrados no Ministério da Saúde. Os gastos com o serviço serão considerados despesas operacionais.

A CAS realizará audiência sobre autismo, conforme requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem.

## Sarney destaca papel do Serviço Geológico do Brasil

A contribuição do Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – na identificação do potencial mineral do país e na geração de riquezas a partir da exploração das reservas foi destacada pelo presidente do Senado, José Sarney, na abertura da sessão especial realizada ontem em homenagem aos 40 anos da empresa.

– Sabemos que, sem pesquisa, estudos e a devida fiscalização dos

recursos naturais, o planejamento e as ações empreendedoras no país, com garantia de respeito à natureza e à própria vida no solo brasileiro, ficam inviabilizados – disse.

Sarney lembrou a trajetória da CPRM, criada em 1969, informando que, na década de 70, a empresa realizou o mapeamento geológico do Brasil, destacando a ação da entidade na descoberta de importantes jazidas no país.

Ele registrou que a CPRM foi transformada em empresa pública na década de 1990, quando suas atividades foram ampliadas, estabelecendo ações em parceria com a comunidade científica e organizações não governamentais.

– Dessa rede de parcerias, fica realçado o papel das geociências na geração de riquezas, renda e emprego, bem como na luta contra as desigualdades regionais, a miséria, a fome e a sede.

## Paim anuncia criação de centros de atenção psicossocial pelo governo

Paulo Paim (PT-RS) destacou a adoção, pelo governo, de um pacote de medidas visando melhorar o atendimento aos dependentes químicos e pacientes com transtornos mentais.

O governo, informou o senador, deve investir R\$ 98,3 milhões por ano para a implantação dessas medidas, o que representa um aumento de 246% em relação ao ano de 2002.

Entre as ações, que ficarão a cargo do Ministério da Saúde, está a criação de 73 novos centros de atenção psicossocial (Caps) em 18 estados, sendo oito no Rio Grande do Sul, disse Paim.

Ele afirmou ainda que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, autorizou um aumento



Segundo Paim, ações visam melhorar atendimento a dependentes químicos

de 31,85% nos valores das diárias pagas por pacientes internados em hospitais. Conforme o senador, o governo tem a expectativa de aumentar para cerca de 2.300 os leitos voltados ao tratamento da saúde mental.

## Osmar Dias quer mais portos secos e ferrovias no Paraná

Ao relatar visita ao interior do Paraná, Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a construção de portos secos e a ampliação da malha ferroviária do estado. De acordo com o senador, o desenvolvimento industrial de cidades-polo, como Londrina e Ponta Grossa, por exemplo, poderá ser acelerado com a implantação de mais portos secos, devido à desburocratização dos procedimentos de exportação e importação de mercadorias que esses terminais terrestres de movimentação de cargas possibilitam.

Osmar Dias chamou a atenção para a importância da construção de um trecho de ferrovia li-



Osmar diz que obras acelerariam desenvolvimento industrial do estado

gando Cascavel, em seu estado, a Maracaju (MS). Ele disse que a obra só poderá ser realizada se o Paraná desempenhar o papel de articulador de investimentos financiados junto ao BNDES.

## Para Mão Santa, PSC se firma como alternativa de poder

Mão Santa (PSC-PI) registrou a realização de convenção do Partido Social Cristão – ao qual se filiou recentemente – em Teresina e observou que, ao lado de outros partidos que fazem oposição ao governo do estado, o PSC propiciará a alternância do poder no Piauí e no país.

Eleito presidente regional da agremiação, Mão Santa disse que, “mesmo com essa lei absurda da fidelidade”, o partido foi o que mais cresceu no Brasil nos últimos meses. Previu que, antes do final do ano, o PSC terá 120 diretórios municipais e que, nas eleições de 2010, estará presente em todas as cidades piauienses.

O senador informou ainda



Mão Santa, eleito presidente regional, registra crescimento do partido

que pesquisa realizada no Piauí indicou que o governador de São Paulo, José Serra, tem mais da metade dos votos na disputa pela Presidência da República de 2010.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Flexa Ribeiro

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que proíbe, nos empréstimos consignados em folha, a imposição de taxa maior para aposentado

# Cobrança de juros de aposentados deve corresponder à do trabalhador da ativa

PROJETO APROVADO ONTEM pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proíbe a cobrança de taxas de juros para aposentados e pensionistas maiores que as cobradas de trabalhadores da ativa nos empréstimos com descontos em folha de pagamento. O projeto, do senador Paulo Paim (PT-RS), segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado em caráter terminativo.

Paim argumenta que a cobrança de taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas, em empréstimos consignados, em relação às cobradas para trabalhadores da ativa, caracteriza discriminação contra a pessoa idosa. Essa infração, lembrou o parlamentar, está prevista no Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03), que decorreu de projeto de sua autoria. Além disso, afirma Paim, seria uma injustiça contra pessoas que contribuíram por toda a vida para o crescimento da economia e para o desenvolvimento do Brasil.

Para o relator, João Tenório (PSDB-AL), o objetivo do projeto (PLS 565/07) é nobre e socialmente correto e se justifica, em termos econômicos, pelo fato de as operações com desconto em folha terem risco de inadimplência quase nulo.

– Inclusive, o risco para aposentados e pensionistas é até menor que para trabalhadores da ativa, pois esses podem perder o emprego, o que inviabilizaria o desconto em folha e aumentaria o risco de não pagamento, enquanto aposentados e pensionistas têm renda garantida até o fim da vida – ponderou João Tenório.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a proposta faz justiça aos aposentados. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) também decidiu apoiá-la, pelo benefício que trará aos aposentados.



Garibaldi Alves preside reunião da CAE: senadores aprovaram fim da Lei Delegada 4, assinada por João Goulart em 1962

## Autorizada doação para combate à Aids em Moçambique

O governo brasileiro foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a doar cerca de R\$ 13,6 milhões para Moçambique instalar uma fábrica de antirretrovirais (utilizados no tratamento de pessoas portadoras do vírus da Aids). A proposta (PLC 193/09) irá agora à Comissão de Relações Exteriores (CRE), para decisão terminativa.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que a doação beneficiará pelo menos 400 mil pessoas infectadas. A fábrica, a ser instalada pela Fiocruz, produzirá 20 dos 25 componentes do coquetel antirretroviral. Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) elogiaram a iniciativa. Já Papaléo Paes (PSDB-AP), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Efraim Morais (DEM-PB) questionaram a doação.

## Proposta revoga lei da intervenção estatal na economia

A CAE aprovou ontem a revogação da Lei Delegada 4, assinada em setembro de 1962 pelo então presidente João Goulart. Essa lei dá ao governo federal poderes de total intervenção na economia, inclusive para comprar ou desapropriar bens destinados “ao consumo do povo”.

O projeto (PLC 68/09) foi apresentado em 1997 pelo falecido deputado Ricardo Izar, sob o argumento de que os constituintes de 1988 não concordaram com tais intervenções na economia. O relator na CAE, Osmar Dias (PDT-PR), entende que a Lei Delegada não produz mais nenhum efeito econômico.

A matéria ainda será examinada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal é adiada

A votação da proposta que flexibiliza regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) para o exercício financeiro de 2009 foi transferida para a próxima reunião da CAE. Não houve consenso sobre o projeto (PLS 450/09) de César Borges (PR-BA) e prevaleceu questionamento sobre a constitucionalidade da proposta, feito por Efraim Morais (DEM-PB).

Apresentado para ajudar municípios prejudicados com a queda de suas receitas em razão da crise econômica mundial, o projeto recebeu parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB). Senadores da base de apoio ao governo, no entanto, ressaltaram que o governo já fez repasses da ordem de R\$ 2 bilhões para equalizar perdas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

## Mercosul pode ser incluído em isenção de IPI

Veículos nacionais e os importados de países do Mercosul poderão ser equiparados em relação à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para taxistas ou para pessoas portadoras de deficiência, conforme projeto aprovado ontem pela CAE.

A matéria recebeu decisão terminativa e poderá seguir para sanção do presidente da República, se não houver pedido de senadores para votação em Plenário.

Encaminhado ao Congresso pelo Executivo, o projeto (PLC 190/09) altera a legislação (Lei 8.989/85) para permitir ao fabricante de automóvel, nas mesmas circunstâncias, a manutenção do crédito do IPI pago nas despesas aduaneiras referentes a veículo de passageiros originário e também procedente de países integrantes do Mercosul, o chamado IPI vinculado.

De acordo com a lei, os fabricantes já têm o direito de crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização desses veículos vendidos com isenção.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), argumentou que o projeto respeita as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), pois não concede nem amplia benefício fiscal, não diminui alíquota nem altera a base de cálculo de imposto.

## Proposta que reforça a defesa da concorrência é aprovada na CAE

Proposta de reorganização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, responsável pela prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator do projeto (PLC 6/09), Romero Jucá (PMDB-RR), acolheu as emendas aprovadas nas duas comissões técnicas que examinaram antes a proposta. Um dos dispositivos estabelece que o procurador-chefe e o economista-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) devem ser aprovados pelo Senado.

Pelo texto original, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), apenas o indicado para o cargo de superintendente-geral precisaria passar pelo crivo dos senadores.

O projeto tem quatro objetivos principais, a começar pela

reestruturação institucional do Sistema de Defesa da Concorrência, que passará a ser composto apenas pelo Cade e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda. Atualmente, esse sistema é integrado ainda pela Secretaria de Defesa Econômica (SDE), vinculada ao Ministério da Justiça.

Na defesa da ordem econômica, o Cade fica encarregado de julgar atos contra a liberdade de iniciativa e a livre concorrência, como os cartéis. O órgão é responsável ainda pela decisão final sobre os atos de concentração econômica, como se denominam as operações de compras e fusões de empresas que implicam excessivo domínio sobre o mercado. Um dos objetivos da reforma foi instituir o controle prévio dos atos de concentração.

## Operações que garantem crédito tributário devem ser ampliadas

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos projeto de iniciativa da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, instalada pelo Senado no início da recente crise financeira mundial. Assinado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto (PLS 411/09) amplia o grau de desoneração em relação a três tributos federais – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Em relação ao IPI, o projeto inclui os bens de uso e consumo e os bens de capital, como máquinas e equipamentos, entre as operações que

podem gerar crédito tributário para compensação posterior. Atualmente, as indústrias só podem usufruir esse benefício nas aquisições de insumos que entram diretamente no produto final. O projeto também estende o direito a crédito da Cofins e do PIS/Pasep a todos os bens e serviços adquiridos necessários às atividades das empresas.

Aprovada em decisão terminativa, a matéria seguirá agora para exame na Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário. O relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor de emendas para determinar que o ressarcimento dos créditos tributários seja feito com correção na base da Selic. Segundo ele, os ressarcimentos são geralmente morosos e atualmente sem nenhuma correção.

## Concorrência

O senador explica que, ao equiparar o tratamento tributário entre veículos nacionais e os produzidos no Mercosul, o projeto remove assimetria e favorece o desenvolvimento do comércio no interior do bloco, incentivando a concorrência e beneficiando o consumidor.

Segundo justificativa do Executivo, não existe renúncia adicional a ser considerada, pois o benefício da isenção contemplará apenas um veículo, aquele produzido no país ou aquele importado no âmbito do Mercosul, alternativamente.

Para Gim Argello (PTB-DF), a adequação realizada pela proposta se faz necessária e será uma complementação ao projeto de sua autoria que prorrogou a isenção do IPI para os taxistas até 2014.

## Arns pede debate sobre reforma administrativa

Flávio Arns (PSDB-PR) afirmou ontem, em pronunciamento feito no Plenário, que os senadores precisam iniciar o debate sobre a reestruturação administrativa do Senado o quanto antes. Até porque, lembrou ele, o presidente da Casa, José Sarney, já anunciou que pretende aprovar o respectivo projeto até o final deste ano, para que comece a vigorar a partir de janeiro de 2010.

O parlamentar defendeu a realização imediata de uma audiência pública para que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) – instituição responsável pelos estudos a partir dos quais será elaborado o projeto – e os membros da Casa envolvidos com a proposta expliquem as medidas sugeridas.

Arns lembrou, porém, que a discussão “regimental” não pôde ser iniciada porque o projeto em questão ainda não foi oficialmente apresentado pela Mesa do Senado, mas apenas uma minuta.



Senador quer audiência pública sobre proposta apresentada pela FGV

## Papaléo critica sugestões da FGV para gabinetes

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem algumas das sugestões do relatório final da Fundação Getúlio Vargas para a reforma administrativa do Senado. Dentre elas, citou a possibilidade de as chefias de gabinete serem ocupadas por cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, e a limitação do número de servidores nos gabinetes em, no máximo, cinco.

O senador conclamou os colegas parlamentares a lutarem para que os chefes de gabinete permaneçam sendo servidores da Casa.

– Temos que ter muito cuidado para não haver dentro do Senado um verdadeiro desmonte do Legislativo, e a Casa fique à mercê de servidores temporários – advertiu.

Papaléo disse temer que a retirada de profissionais de carreira do Senado provoque uma queda na qualidade dos trabalhos realizados internamente, comprometendo a imagem já desgastada da instituição.



Papaléo adverte que mudanças podem provocar “desmonte”

## Comissão de Educação autoriza Executivo a criar benefício extra para professores da educação básica, que seria vinculado ao bom desempenho da escola no Ideb



Marisa Serrano preside reunião de ontem da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que aprovou diversas matérias

# CE aprova criação do 14º salário para professores

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, ontem, proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o 14º salário para professores da educação básica lotados em escolas públicas dos estados e municípios e do Distrito Federal.

Pelo projeto (PLS 319/08), de Cristovam Buarque (PDT-DF), que teve texto substitutivo de Marconi Perillo (PSDB-GO), receberão o 14º salário professores e funcionários de escolas que elevarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do estabelecimento educacional em pelo menos 50% durante o ano letivo. Também farão jus ao benefício os profissionais da educação de escolas de ensino fundamental que obtiverem Ideb igual ou superior a seis no ano.

Ao defender sua proposta, Cristovam disse que a literatura empresarial conta com múltiplos exemplos de que o incentivo salarial representa um eficiente estimulador de produção. Assim, argumentou ele, vincular o bom desempenho de professores e funcionários a uma vantagem pecuniária representa um primeiro passo para melhorar o nível dos educadores brasileiros.

O pagamento do benefício,

conforme a proposta, deverá ser realizado até o final do semestre subsequente ao da publicação do resultado da avaliação do Ideb. A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

### Homenagens

A CE acolheu projeto que define 18 de março como Dia Nacional da Imigração Judaica, bem como proposta de obrigar aeroportos e bases aéreas do país a manterem homenagem permanente a Alberto Santos Dumont. E ainda projetos autorizativos de criação de escolas técnicas federais em União da Vitória (PR) e Nova Laranjeiras (PR), do campus do Instituto Federal de Educação da Paraíba em Mamanguape, Piancó e Esperança, no mesmo estado, bem como de implantação da Universidade Federal do Sudoeste de Goiás, com sede em Jataí.

Foram aprovadas ainda propostas de instituir o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama, de inscrição do nome de Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria e de denominação de Rodovia Padre Cícero a trecho da BR-116 no Ceará e de Rodovia tenente-brigadeiro Murilo Santos a trecho da BR-101 no Rio Grande do Norte.

## Comissão avaliará conteúdo dos livros didáticos

A CE aprovou também ontem proposta para que seja criada a Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático. Do senador Paulo Paim (PT-RS), a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto (PLS 63/03), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Executivo fica autorizado a criar a comissão de avaliação. Caberia a ela examinar o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico para verificar se existem informações contendo formas de discriminação ou preconceito por motivo de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e orientação sexual.

Participarão do colegiado representantes dos órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura, direitos humanos e cidadania, além de representantes dos estados, Distrito Federal e municípios. Também deverão compor o órgão representantes de entidades da sociedade civil. Papaléo Paes (PSDB-AP) relatou a matéria.

## Ideli comemora o fim da DRU na educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem, por antecipação, a promulgação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que ocorrerá às 10h30 de hoje. A PEC acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) que incidia sobre o setor de educação. Com isso, festejou Ideli, a educação terá mais recursos. Além dos jovens, disse, os maiores beneficiados serão os municípios e os estados, responsáveis pelo ensino básico e médio.

– Levamos 13 anos para desmanchar essa retirada de recursos da educação. Se não houvesse a DRU, teríamos R\$ 100 bilhões a mais que deixaram de ser investidos – afirmou.



Ideli é autora da PEC que será promulgada hoje pelo Congresso

Ideli agradeceu a participação de todos e ressaltou a contribuição do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que exigiu, na negociação da CPMF, a inclusão do fim da DRU para votar favoravelmente à continuação do im-

posto. Ela também destacou o trabalho da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora da matéria, que possibilitou a votação rápida da PEC.

Ideli explicou que este ano ainda não serão liberados recursos numa única vez, mas de maneira gradual. E assinalou que, mesmo sendo um ano de crise, já se tornarão obrigatórios R\$ 4 bilhões a mais no orçamento da educação. No ano que vem, serão R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões a mais. A partir de 2011, no mínimo cerca de R\$ 11 bilhões a mais para a área.

Ideli Salvatti observou que, também segundo a proposta de emenda, o ensino obrigatório passa a ser dos quatro aos 17 anos de idade.

## Suplicy aplaude decisão do reitor da Uniban

Eduardo Suplicy (PT-SP) aplaudiu ontem a decisão do reitor da Universidade Bandeirante (Uniban), Heitor Pinto Filho, de revogar a expulsão da aluna Geysi Vilas Boas Arruda, que em 22 de outubro, ao ir estudar com um vestido curto, foi ofendida e ameaçada por alunos daquela instituição.

O senador anunciou que o reitor aceitou sua proposta de realizar palestra na universidade sobre o assunto. Ele disse que o evento ocorrerá no auditório da Uniban de São Bernardo, na sexta-feira, a partir das 19h. Suplicy citou a palestra que fez no ano passado em outro colégio, onde um aluno de 14 anos de idade levou uma arma de fogo para mostrar aos colegas.

Segundo o senador, a palestra versou sobre a violência e os instrumentos de política econômica e social para a construção de sociedade fraterna, civilizada e justa. A reflexão, disse, contribuiu para amainar os ânimos de quem queria expulsar o aluno.



Suplicy fará palestra a estudantes de universidade onde aluna foi agredida

## Flexa Ribeiro cobra punição de abuso contra adolescente

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem o fato de ainda não ter ocorrido punição para nenhum dos acusados de envolvimento no caso da adolescente de 14 anos que ficou presa por quase um mês em uma cela com 20 homens, tendo sido abusada sexualmente nesse período. O caso ocorreu em 2007, no município paraense de Abaetetuba.

– A única pessoa a sofrer sanções nesse triste episódio foi a vítima – disse ele, lamentando que a adolescente hoje tenha que viver em outro estado, longe da família, com outra identidade.

O senador informou que, no entanto, foi lançado ontem em Abaetetuba o projeto promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que visa aprimorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano. De acordo com Flexa Ribeiro, isso demonstra a seriedade da atual administração do município.



Flexa Ribeiro diz que, no Pará, vítima foi a única a sofrer sanções